



Brasília, 13 de outubro de 2026.

DEFENDER AS CONQUISTAS, FORTALECER OS SERVIÇOS PÚBLICOS E AVANÇAR NOS DIREITOS

As eleições de 2026 representam um momento importante para o futuro do Brasil, dos serviços públicos e dos direitos da classe trabalhadora. Para os técnico-administrativos em educação, estão em jogo a valorização profissional, a carreira, a recomposição salarial, a democracia nas universidades e institutos federais e o fortalecimento da educação pública.

A experiência recente demonstra a importância da negociação coletiva, da mobilização sindical e da organização da categoria para conquistar avanços. Os acordos firmados após a greve de 2024, a retomada das negociações com o governo federal e as conquistas relacionadas à carreira constituem referências fundamentais para a continuidade dessa luta.

Por isso, é necessário examinar com atenção as propostas apresentadas pelos candidatos à Presidência da República. O debate eleitoral precisa esclarecer quais projetos pretendem fortalecer o Estado e as políticas sociais e quais medidas podem afetar o financiamento dos serviços públicos, os direitos dos servidores e as condições de trabalho.

A Direção Nacional da FASUBRA-Sindical reafirma a importância da defesa da universidade pública, gratuita, democrática e socialmente referenciada; da valorização dos trabalhadores da educação; da negociação coletiva; da recomposição das perdas salariais; e do cumprimento integral dos acordos firmados com a categoria, sem distinção entre trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas.

Nenhuma conquista está definitivamente garantida. A manutenção e a ampliação dos direitos dependem da mobilização permanente, da organização sindical e de políticas públicas comprometidas com a redução das desigualdades e a valorização do trabalho.

Neste processo eleitoral, é fundamental que cada trabalhador e trabalhadora conheça os programas, os compromissos e o histórico dos candidatos, avalie seus impactos sobre a vida da população e sobre os serviços públicos e participe conscientemente das decisões que definirão os rumos do país.

Neste sentido, a direção da FASUBRA orienta firmemente a opção pela reeleição do Presidente Lula.

Defender direitos é defender a democracia. Valorizar quem trabalha é fortalecer o Brasil.

REUNIÃO VIRTUAL COM ENTIDADES DE BASE – 12 DE OUTUBRO

No dia 12 de outubro de 2026, a Direção Nacional da FASUBRA-Sindical reuniu-se virtualmente com representantes das entidades filiadas para discutir o planejamento e a articulação das

ações conjuntas previstas para o período de 13 a 25 de outubro de 2026, considerando o cenário político nacional e a participação da Federação e de suas entidades filiadas no processo eleitoral.

Durante a reunião, foram debatidas orientações para a organização das atividades da militância, incluindo a participação nas mobilizações públicas e nas ações realizadas nos territórios de trabalho e moradia da classe trabalhadora.

Também foi discutida a importância do diálogo nos locais de trabalho das Instituições Federais de Ensino, contemplando tanto as trabalhadoras e trabalhadores do serviço público federal vinculados ao Regime Jurídico Único (RJU) quanto as trabalhadoras e os trabalhadores terceirizados. Nesse contexto, foram mencionadas a elaboração e a utilização de materiais informativos específicos para os diferentes segmentos.

Outro ponto abordado foi a participação das aposentadas e dos aposentados nas atividades do período, considerando a necessidade de organização e de condições adequadas para sua participação. A reunião também tratou do levantamento de estudantes que possam necessitar de apoio para o deslocamento até seus locais de votação, observadas as regras aplicáveis e as condições de participação de cada entidade.

No campo da comunicação, destacou-se a necessidade de maior articulação entre as entidades filiadas e a comunicação nacional da FASUBRA, com o objetivo de promover unidade de informação, ampliar o alcance dos conteúdos divulgados e fortalecer a circulação de informações nos canais digitais.

A Direção Nacional reforça a importância da articulação entre a Federação e suas entidades filiadas, do planejamento conjunto das atividades e da manutenção de um fluxo permanente de comunicação, de modo a assegurar a organização e o acompanhamento dos encaminhamentos definidos para o período. **A prioridade da FASUBRA e de das entidades filiadas nesses próximos 12 dias, é derrotar nas urnas o bolsonarismo com sua política de viés fascista, reelegendo Lula!**

Direção Nacional da FASUBRA-Sindical

**FASUBRA, ANDES-SN E SINASEFE EM DEFESA DA EDUCAÇÃO, DA
DEMOCRACIA, DOS DIREITOS SOCIAIS E DA VIDA:
VOTAR EM LULA PARA DERROTAR A EXTREMA DIREITA!**

O Brasil chega ao segundo turno das eleições presidenciais diante de uma disputa que ultrapassa os limites de uma eleição. Está em jogo o projeto de país que queremos construir e o papel que o Estado deve cumprir na garantia de direitos, na defesa da justiça social, da democracia, na preservação do meio ambiente e na proteção da vida.

É um momento decisivo para a educação pública, as liberdades democráticas e a soberania nacional. As diretorias do ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE se dirigem às suas bases e ao conjunto da classe trabalhadora para reafirmar o compromisso inegociável com a defesa

intransigente das liberdades democráticas, dos direitos sociais e trabalhistas, dos serviços públicos, da educação e da ciência públicas, da soberania nacional, da justiça socioambiental e da vida.

Nossas trajetórias sindicais sempre se pautaram pela autonomia de classe e pela independência em relação a partidos e governos. No entanto, isso não significa imparcialidade diante da ameaça real do fascismo. O cenário político impõe uma escolha entre um projeto autoritário, reacionário, de destruição de direitos e da vida, e outro em favor da democracia, da organização sindical e de todos os instrumentos democráticos necessários para seguirmos em luta.

Por essa razão, conclamamos os(as) docentes, os(as) técnico-administrativos(as) e os(as) estudantes ao voto na candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva para o segundo turno. Não abriremos mão das nossas pautas, nem suspenderemos nossas lutas, mas o momento impõe rechaçar a candidatura que ameaça direitos, precariza o trabalho ou limita a capacidade do Estado de garantir políticas públicas.

Flávio Bolsonaro representa a continuidade e o aprofundamento do governo Jair Bolsonaro, que promoveu fortes ataques à educação pública, às universidades, aos serviços públicos e aos direitos sociais fundamentais, adotando políticas que precarizaram essas áreas.

Durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), vivenciamos o desmonte sem precedentes do orçamento do Ministério da Educação (MEC), o esvaziamento das agências públicas de apoio e fomento à pesquisa (CNPq e CAPES) e o desrespeito sistemático à autonomia universitária, com a nomeação de reitores interventores.

Durante o governo de Jair Bolsonaro, o conjunto do funcionalismo público amargou 4 anos sem reajuste, com redução do orçamento do SUS e ataques a diversas políticas públicas que contribuem diretamente para a população pobre brasileira.

Mais do que o arrocho salarial e o desmonte do serviço público, o bolsonarismo articulou e aprofundará, agora com o apoio de um Congresso dominado pela extrema direita, uma política deliberada de perseguição político-ideológica às nossas categorias, estimulando a censura, o assédio moral e tentativas de cercear o movimento sindical e estudantil. Trata-se de uma matriz ideológica neofascista que nega a ciência, ataca a diversidade, criminaliza movimentos sociais, promove a proliferação do armamentismo civil, incentiva a violência política e ameaça constantemente a democracia brasileira.

A reforma da previdência de 2019 aumentou o tempo mínimo de contribuição e alterou drasticamente o cálculo dos benefícios, resultando em pensões e aposentadorias de menor valor, além do aumento das alíquotas de contribuição do funcionalismo público.

A famigerada proposta de emenda constitucional nº 32/2020, a Reforma Administrativa, ataca de morte os servidores(as) públicos e o acesso aos serviços pela população, representa o fim da estabilidade e o fim dos concursos públicos.

A MP da "Carteira Verde e Amarela" (MP 905/2019) caducou no Congresso Nacional, mas a proposta previa a redução do recolhimento do FGTS (de 8% para 2%), a diminuição da multa rescisória (de 40% para 20%) e a taxação do seguro-desemprego. Já a MP 1045/2021 buscou criar modalidades de trabalho sem férias remuneradas, sem 13º salário e sem FGTS

(programas REQUIP e PRIORE).

Houve o estímulo contínuo ao trabalho plataformizado e sem proteção social, transformando a ausência de direitos em suposto empreendedorismo, enquanto os reajustes do salário mínimo foram mantidos apenas com a reposição da inflação, sem qualquer ganho real ao longo de quase todo o mandato.

A Lei Complementar nº 173/2020, sancionada pelo governo Bolsonaro sob o pretexto de estabelecer um programa federativo de socorro financeiro a estados e municípios na pandemia, impôs um severo ataque aos servidores(as) públicos de todas as esferas ao proibir, entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, o cômputo desse tempo trabalhado para a concessão de adicionais por tempo de serviço (como quinquênios, triênios, licenças-prêmio e outras vantagens funcionais). Na prática, a medida confiscou mais de um ano e meio de trabalho efetivo do funcionalismo.

Por meio da atuação dos movimentos sindicais junto a parlamentares e à base do governo no Congresso Nacional, e da sanção, pelo atual governo Lula, da Lei Complementar 226/2026, houve a reversão do congelamento do tempo de serviço dos servidores públicos, garantindo direitos legítimos dos(as) trabalhadores(as).

Não esqueceremos jamais as mais de 700 mil vidas perdidas para a Covid-19 no Brasil. Tampouco esqueceremos a postura do governo Jair Bolsonaro diante da pandemia, marcada pela minimização da gravidade da doença, pelo negacionismo científico e pelos atrasos na aquisição de vacinas, que provocaram, no Brasil, taxas de mortalidade por Covid acima da média mundial. Quantas vidas poderiam ter sido salvas, se não fosse o descaso negacionista do governo Jair Bolsonaro?

As mais de 700 mil mortes não podem ser tratadas apenas como uma tragédia do passado: permanecem como um alerta sobre a importância da ciência, do SUS, das políticas públicas e da responsabilidade do Estado na proteção da vida.

Na mesma lógica, o programa apresentado por Flávio Bolsonaro (PL) prevê a redução do tamanho do Estado, a retomada das privatizações, a reforma administrativa e limites mais rígidos às despesas públicas. Na educação superior, seu programa propõe retirar as universidades federais da esfera de competência do Ministério da Educação e transferi-las ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, além de submeter instituições de ensino e políticas de ciência e tecnologia ao interesse de empresas particulares e critérios de impacto produtivo e mercantil. O programa ainda prevê a ampliação das escolas cívico-militares, maior participação privada na formação profissional e uma concepção de educação fortemente orientada por indicadores e pelas demandas do mercado.

Em 2022, garantimos o respeito à escolha da comunidade universitária para a gestão das IES, com o fim das listas tríplices, que contou com a efetiva participação de nossas bases em sua aprovação. Em contraste, o projeto da extrema-direita representa a indicação de interventores, foram 22 durante o governo Bolsonaro, e o desrespeito à vontade da comunidade e da autonomia universitária.

Lutamos contra o ataque contínuo à soberania brasileira e contra qualquer tentativa de incursão imperialista no processo político nacional. As ações e declarações imperialistas do governo de

Donald Trump em relação à América Latina e ao Brasil visam ampliar a influência dos Estados Unidos na região e preservar seus interesses econômicos e políticos.

Para o ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE, é inaceitável termos um candidato que, em conjunto com seus aliados internos na extrema direita, esteja disposto a subordinar a soberania brasileira a uma agenda imperialista. Flávio Bolsonaro é um entreguista!

Nossa força está na organização e na mobilização da classe trabalhadora. Foi a luta coletiva que conquistou direitos e enfrentou retrocessos e será ela que nos permitirá cobrar avanços e ampliar direitos no governo Lula 4.0. Diante de um eventual governo de Flávio Bolsonaro, porém, haverá ameaças ainda maiores aos direitos sociais, às liberdades democráticas e à organização da classe trabalhadora. Mais do que nunca, é preciso manter a unidade, a organização e a luta contra o neofascismo.

Defendemos uma educação e uma ciência públicas, gratuitas e socialmente referenciadas, financiadas adequadamente com recursos públicos, bem como a valorização dos(as) servidores(as) públicos(as), com recomposição salarial, carreiras estruturadas, estabilidade e condições dignas de trabalho.

Defendemos a valorização permanente do salário mínimo e a recuperação do poder de compra dos(as) trabalhadores(as), bem como a redução da jornada de trabalho sem redução salarial e o fim da escala 6x1, em defesa de melhores condições de vida e de trabalho.

Defendemos uma previdência pública, solidária e socialmente justa. Rechaçamos as contrarreformas que retiram direitos e fazem recair sobre os(as) trabalhadores(as) o custo das crises econômicas.

É nesse sentido que reafirmamos nosso compromisso com a defesa das liberdades democráticas e dos direitos sociais, com a proteção dos direitos das mulheres, da população negra, da juventude, das pessoas LGBTQIA+ e de todos os segmentos historicamente oprimidos e marginalizados. Passa, sobretudo, pela defesa do conjunto da classe trabalhadora, da educação e dos serviços públicos, da soberania nacional e das condições para que todas e todos possam viver com dignidade.

É a partir desses princípios que seguimos organizando nossa luta, com autonomia e independência, em defesa da democracia e da vida.

Neste momento histórico, convocamos toda a base de docentes e de servidores(as) técnico-administrativos(as) a atuar de forma decisiva para derrotar o fascismo e **eleger Lula no dia 25 de outubro!**

Pela vida, pela democracia e pela educação pública! Derrotar o fascismo nas urnas, nas redes e nas ruas!

OFÍCIO CONJUNTO Nº 006/2026/SINASEFE/FASUBRA/ANDES



OFÍCIO CONJUNTO Nº 006/2026/SINASEFE/FASUBRA/ANDES-SN

Brasília, 9 de outubro de 2026.

À Coordenação-geral da Campanha de Reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

E-mail: agendaanexo2026@gmail.com

Assunto: Solicitação de reunião para apresentação de posicionamento e propostas do ANDES-Sindicato Nacional, da FASUBRA – Sindical e do SINASEFE – Sindicato para o 2º turno das eleições de 2026.

Senhoras e senhores,

Cumprimentando-as(os) cordialmente, vimos, em nome do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) entidade de representação sindical de primeiro grau que reúne mais de 70 mil sindicalizadas(os), da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA Sindical) e do Sindicato Nacional dos(as) Servidores(as) Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), solicitar agendamento de uma reunião com a coordenação-geral desta campanha.

O objetivo do encontro é apresentar formalmente nosso posicionamento e apoio neste segundo turno das eleições para a presidência do Brasil, bem como entregar um conjunto de propostas e diretrizes prioritárias elaboradas conjuntamente por nossas entidades.

Entendemos que o momento exige convergência e diálogo em torno de pautas fundamentais para o desenvolvimento social e econômico do país. Assim como, em defesa da democracia e da soberania nacional. Na oportunidade, propomos que a reunião seja realizada de forma presencial ou por videoconferência, na data e horário que melhor se adequem à agenda dessa coordenação.



Certas(os) de contar com vossa atenção para com esta solicitação, colocamo-nos à disposição para eventuais alinhamentos por meio dos e-mails: secretaria@andes.org.br , administrativo@sinasefe.org.br / secretaria@fasubra.org.br .

Servidoras e servidores públicos da educação em luta com o povo brasileiro, em defesa dos serviços públicos e contra o fascismo!

MOÇÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE À DEPUTADA ELEITA ANA ELISA E DE REPÚDIO À VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA AS MULHERES

A Direção da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA-Sindical) manifesta seu apoio e sua irrestrita solidariedade à deputada eleita Ana Elisa, vítima de ameaças sórdidas e repudia veementemente toda forma de violência política, intimidação e tentativa de silenciamento de mulheres que ocupam ou disputam espaços de representação política.

As ameaças dirigidas à deputada eleita constituem um grave ataque à sua integridade física, à liberdade de atuação política e à própria democracia. Nenhuma divergência política ou ideológica pode justificar a violência como instrumento de intimidação ou impedir o exercício de direitos conquistados por meio da participação popular.

Para a FASUBRA, o combate à violência política contra as mulheres é parte da luta mais ampla contra as desigualdades, o machismo, o patriarcado e todas as formas de opressão e discriminação. As mulheres que ocupam espaços de poder e representação enfrentam, historicamente, obstáculos e mecanismos de violência que buscam restringir sua participação e preservar estruturas excludentes de poder. Quando essas práticas se manifestam por meio de ameaças e agressões, tornam-se ainda mais evidentes a necessidade de enfrentamento coletivo e a responsabilidade das instituições públicas na proteção das vítimas.

Como entidade sindical classista, democrática e comprometida com a transformação social, a FASUBRA-Sindical reafirma que não há democracia plena sem a participação efetiva das mulheres, sem igualdade de direitos e sem o enfrentamento de todas as formas de violência política. Defender a vida e a liberdade das mulheres que atuam na política é defender o direito de participação, a pluralidade de ideias e a construção de uma sociedade justa, democrática e livre de opressões.

Diante da gravidade da situação, a FASUBRA-Sindical exige das autoridades competentes a investigação rigorosa das ameaças, a identificação e responsabilização dos autores, nos termos da lei, e a adoção imediata das medidas necessárias para garantir a segurança e a integridade física da deputada eleita Ana Elisa.

Manifestamos nossa solidariedade à deputada eleita e a todas as mulheres que, por sua atuação política, sindical e social, enfrentam ameaças, perseguições e tentativas de

silenciamento. Reafirmamos que nenhuma mulher deve ser impedida de exercer seus direitos políticos por medo da violência.

A violência política contra as mulheres não nos calará!

Em defesa da vida, da participação política das mulheres, da democracia e de uma sociedade livre de todas as formas de opressão, a FASUBRA Sindical se solidariza com Ana Elisa e reafirma seu compromisso com a luta contra o machismo e a violência política!

APOIO AOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO HOSPITAL SÃO PAULO

A Direção da FASUBRA-Sindical manifesta seu total apoio aos trabalhadores e trabalhadoras do Hospital São Paulo (HSP), Hospital Universitário da Unifesp, diante das denúncias apresentadas pelo SINTUNIFESP sobre as mudanças na organização e nas relações de trabalho no setor da Hemodinâmica.

Universidade Pública é lugar de ensino, pesquisa e extensão. Hospital Universitário não é empresa submetida à lógica da “alta produtividade”!

É inadmissível que trabalhadores/as que atualmente atuam no setor sejam transferidos/as ou afastados/as de suas funções para serem substituídos/as por trabalhadores/as contratados/as como pessoas jurídicas (PJ). A FASUBRA é frontalmente contrária a essa forma de precarização das relações de trabalho e exige que nenhum/a trabalhador/a seja prejudicado/a ou substituído/a em razão de um modelo de gestão que busca reduzir direitos e transformar relações de trabalho em contratos comerciais.

A Federação solicita da Reitoria da Unifesp e da SPDM esclarecimentos imediatos sobre as medidas anunciadas e exige o cumprimento integral do acordo de cooperação firmado entre as instituições. As denúncias apresentadas pelos trabalhadores indicam a necessidade de uma apuração rigorosa sobre as responsabilidades da gestão universitária e da entidade privada na condução desse processo.

A FASUBRA reafirma sua posição histórica contra a privatização e a terceirização dos Hospitais Universitários. Somos contrários à transferência da gestão e da força de trabalho do serviço público para uma lógica mercadológica de gestão, seja por meio de SPDM, Organizações Sociais (OSs), EBSEH ou quaisquer outros modelos que subordinem a gestão dos serviços públicos à lógica empresarial.

Não aceitamos que hospitais universitários sejam transformados em empresas orientadas por metas de produtividade, redução de custos e flexibilização das relações de trabalho.

O SUS não é mercadoria. A Universidade Pública não é empresa. Trabalhador não é PJ.

Defendemos um SUS 100% público, estatal, gratuito e de qualidade, com trabalhadores contratados pelo Estado, direitos trabalhistas assegurados e gestão democrática e socialmente referenciada.

A FASUBRA entende que o modelo de gestão privada da SPDM é incompatível com a concepção de SUS público que defendemos e reafirma a necessidade de fortalecer a gestão pública dos Hospitais Universitários, preservando sua indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e assistência.

A Federação reivindica da Reitoria da Unifesp e da SPDM:

- * a imediata suspensão de qualquer processo de substituição dos atuais trabalhadores por profissionais contratados como PJ;
- * o respeito aos trabalhadores que já atuam na Hemodinâmica;
- * a abertura imediata de diálogo com o SINTUNIFESP e os trabalhadores;
- * a apuração das denúncias apresentadas pela categoria;
- * o cumprimento do acordo de cooperação firmado com a Universidade;
- * e a garantia de que a gestão do Hospital São Paulo esteja subordinada à sua função pública, universitária e assistencial.

A luta dos trabalhadores da Hemodinâmica é parte da luta nacional em defesa dos Hospitais Universitários, do SUS e da Universidade Pública.

Contra a precarização e a privatização!

Contra a substituição de trabalhadores por PJs!

SUS 100% público, estatal e de qualidade!

Em defesa dos Hospitais Universitários públicos!

FASUBRA SINDICAL

SOLIDARIEDADE À COMUNIDADE ACADÊMICA DA UFPE

A Direção da FASUBRA-Sindical manifesta sua profunda solidariedade e irrestrito apoio a toda a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Técnico-Administrativos em Educação (TAE), docentes e discentes, em decorrência do grave incêndio ocorrido na noite da última quarta-feira (7).

O sinistro atingiu o prédio da Diretoria de Inovação e Empreendedorismo (Dine) no campus Recife, destruindo laboratórios das áreas de fármacos, informática e genética. Lamentamos profundamente a inestimável perda de materiais de pesquisa, acervos, amostras de trabalhos de graduação, mestrado e doutorado, além de extensa base de dados e equipamentos de alto valor, gerando prejuízos imensuráveis à produção científica e ao patrimônio público.

Ressaltamos preocupação ao constatar que este é o terceiro evento da mesma natureza a atingir dependências da UFPE no intervalo de apenas uma semana. Incidentes como esse, somados a episódios anteriores de degradação da infraestrutura, evidenciam a urgência de investimentos contínuos e adequados para a manutenção preventiva, segurança física e preservação dos prédios e equipamentos das universidades federais.

Embora aliviados por não haver registro de feridos em nenhuma das ocorrências, nos somamos ao



pleito de apuração rigorosa sobre as causas do incêndio e à cobrança por medidas efetivas que garantam condições seguras de trabalho e estudo a toda a comunidade acadêmica.

A FASUBRA Sindical reitera seu compromisso em defesa da universidade pública, da ciência nacional e da valorização daquelas(es) que, diariamente, constroem a educação e a pesquisa no país.

Direção Nacional da FASUBRA-Sindical

CALENDÁRIO	
OUTUBRO	
20 e 21	Reunião presencial – GT MEC – Reposicionamento dos aposentados e novas adesões ao PCCTAE
NOVEMBRO	
9	Reunião com a Diretoria Executiva do HU Brasil
16 a 20	XIII Fórum Nacional da CIS – Rio de Janeiro
30 a 04 /12	XXXII Seminário Nacional de Segurança das IPE e EBT